

Privatizações Governo guarda receitas para 2012

Executivo repete
as empresas
do costume na lista
de participações
a vender

O governo prevê aplicar este ano 600 milhões de euros vindos de privatizações na amortização de dívida pública, guardando para o próximo ano parte do encaixe da venda das posições públicas em empresas do sector da energia. “As receitas de privatizações a aplicar na amortização de dívida são estimadas em 600 milhões de euros, devendo contribuir assim para limitar o aumento das necessidades líquidas de financiamento. Prevê-se que o remanescente das receitas da privatização das empresas do sector da energia só seja recebido em Janeiro de 2012”, refere o relatório que acompanha o Orçamento.

Quanto ao próximo ano, o executivo estima aplicar 4 mil milhões de euros das receitas de privatizações na amortização de dívida pública. As participações a vender são as já referidas noutros orçamentos, como a TAP, a ANA e a CP Carga. Sobre a RTP ou a Águas de Portugal nada é referido.

Ainda neste capítulo, o Orçamento para 2012 aponta que “será promovida activamente a abertura à iniciativa privada, em modelos de privatização e/ou concessão e proceder-se-á com a celeridade possível à alienação de activos não essenciais ao objecto social das empresas públicas”, referindo-se às empresas públicas. *F.P.C.*



Créditos. Empresas públicas precisam de 6,4 mil milhões em 2012

Empresas públicas incluídas no Orçamento do Estado
vão gastar mais 378 milhões de euros em juros

FILIPE PAIVA CARDOSO
filipe.cardoso@ionline.pt

As 94 empresas não financeiras que compõem o Sector Empresarial do Estado (SEE) vão precisar de pedir à banca mais 6,41 mil milhões de euros ao longo do próximo ano, segundo o Orçamento do Estado para 2012. Estas empresas tinham, no final de 2010, uma dívida total de 32,4 mil milhões de

euros. No OE2012 surge agora referido que “as empresas que compõem o SEE estimaram em 4 460 milhões de euros as necessidades previsionais de refinanciamento para 2012”. Segundo o mesmo documento, “a estas necessidades acrescem, segundo informação disponibilizada pelas empresas, novas necessidades de financiamento no valor de 1 950 milhões de euros”. Esta é, aliás, uma das maiores razões

para a actual asfíxia da cedência de crédito ao sector privado, reconhece o governo. Pior: as necessidades das empresas públicas podem subir.

É que estas empresas ainda necessitam de se refinarçar ao longo de 2011 e, dado o elevado preço que lhes tem sido exigido, “o refinanciamento das responsabilidades que se vencem no último trimestre de 2011 podem, caso financiadas a cur-

to prazo, representar necessidades adicionais de financiamento no próximo exercício económico”, diz o mesmo relatório do OE.

Prova deste último ponto encontra-se no aumento dos encargos financeiros das empresas públicas reclassificadas – aquelas que por imposição do Eurostat são agora consolidadas no Orçamento do Estado.

Segundo o OE, este conjunto de empresas – Estradas de Portugal, RTP, Parque Escolar, Metro de Lisboa, Metro do Porto e Refer – sofreu uma duplicação dos encargos com juros de 2010 para 2012. Se no ano passado estas seis empresas detidas pelo Estado gastaram 365,1 milhões de euros em juros, no próximo ano esse valor aumenta em 378 milhões de euros, invalidando quase 50% do plano de redução de custos agora em marcha: “A reestruturação (...) deverá gerar uma poupança global de 438 milhões de euros no universo das empresas reclassificadas. A

10%

Segundo o OE, em 2012 os contribuintes só poderão abater 10% das despesas de saúde – valor compara com os 30% actuais. Além disso, só pode ser deduzido um total de 838 euros.

“Esta proposta não é a antecâmara da recuperação económica mas a antecâmara da falência do país cada vez mais destruído.”

Bernardino Soares
LÍDER PARLAMENTAR PCP



DIVORCIADOS: PENSÃO DE ALIMENTOS DÁ MENOS

As pensões de alimentos pagas em 2012 vão dar direito a bastante menos deduções em 2013, segundo o estipulado pelo Orçamento. Se os gastos deste ano podem chegar a dar 1049 euros em deduções, os gastos de 2012 só vão dar 419 euros.

2,3%

O valor da contribuição do serviço rodoviário, a principal receita da Estradas de Portugal, vai aumentar de 6,4 centimos para 6,547 centimos por litro na gasolina e de 8,6 para 8,798 centimos por litro no gasóleo.